

## A QUESTÃO DO PODER E DA CIDADANIA NO BRASIL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

*Silene de Moraes Freire\**

Resumo: O trabalho visa analisar o contexto das relações em que se desenvolve a questão do poder e da cidadania no Brasil, num processo de profundas modificações nas relações sociais.

A nova ordem – mundial está aprofundando a desigualdade com a ampliação da competição e com a redução ou eliminação de regulamentações e do papel do Estado, e da abertura econômica para a livre circulação do capital. Assim, não podemos esquecer que a crise que o mundo atravessa é diferente nos países periféricos. Nosso estudo destaca tal diferença através do resgate do caso brasileiro, relacionamento a particularidade da crise que o país enfrenta com a existência histórica de uma cultura política autoritária.

Palavras-chave: Cidadania, Poder, Globalização, Cultura política, Brasil.

Conforme é amplamente reconhecido a globalização como ideologia se impõe como tema dominante, recorrente e inevitável, dada a sua realidade e especificidade. Seu pressuposto básico, se depreende da concepção e afirmação da internacionalização da economia e dos mercados, com a total abolição das fronteiras que regem os mesmos. Assim como, da não intervenção ou ausência do Estado nos processos e mecanismos que o regem, ancorado nos paradigmas da “flexibilização” e “desregulamentação” do trabalho, na “privatização” do Estado e da economia.

De acordo com seus críticos “ela se funda sobre a ideologia do pensamento único, a qual decretou que somente uma política econômica é possível de agora em diante e que somente os critérios do neoliberalismo e do mercado (competitividade, produtividade, livre-troca, rentabilidade) permitem a uma sociedade sobreviver num planeta que se tornou uma selva concorrencial” (CARDOSO, 1999, p. 97).

A certeza é tanta de sua inevitabilidade e facticidade que nem mesmo sua interpretação dominante admite sequer outra interpretação.

A questão ideológica marca a sua eficácia, sua lógica da dissimulação, pois determina e pré-forma os atos de pensar, agir, querer e sentir, com a finalidade de produzir uma universalidade imaginária, generalizando para toda a sociedade os interesses e os pontos de vistas particulares de uma classe: aquela que domina as relações sociais.

A globalização é portanto, concebida sob o domínio da ideologia, que acompanhada de uma força social que se impõe objetivando o convencimento e a adesão às suas propostas. Conta com sua disseminação através da notável campanha implementada pelos grupos e forças econômicas, que tem em sua luta, o viés que passa pela mídia e universidade, contando também com ampla adesão governamental, quando referenda, legítima e sucumbe ante suas formulações e tentações.

Contudo, o consenso acerca das características principais da globalização que hoje afeta quase todo o mundo, não pode anular a necessidade de outras interpretações, de novas teorizações que permitam a percepção de processos específicos que se desenvolveram devido as particularidades de cada país.

É bem verdade que alguns sintomas são tão globais que provocam abalos planetários e apresentam sintomas culturais semelhantes em diferentes locais, como por exemplo: O consumo em escala planetária – onde é destacada a profusão de imagens de ícones culturais do século XX (artistas, ídolos esportivos, estilistas, filmes, vídeos, programas de televisão e etc.) que se projetam em telas e monitores, e se movem como signos sociais em cadeias

---

\* Universidade Estadual do Rio de Janeiro

de consumo, onde implicitamente ou não, possuindo qualidades artísticas ou não, prosperam fruto da superexposição nas mídias e da intensa produção de *marketing*. Ao lado destes ícones convivem também marcas de produtos (Sony, Disney, Ford, Kodak e etc.) e *slogans* publicitários que põe no mercado bens simbólicos de domínios universais, potencializados por satélites que tornam presentes os acontecimentos separados por clima, fuso horário, injunções políticas e etc., onde tais signos fazem parte da memória coletiva partilhada por pessoas dispersas em todo planeta. Em torno de símbolos desterritorializados (Disneyworld, jeans, tênis e etc.) agregam-se grupos sociais distintos, raça, crença, idiomas.

Vale mencionar que as corporações estratégicas (bancos, companhias transnacionais) e organizações supranacionais (FMI, G-7), como adverte Dênis de Moraes são organismos que "sintetizam as estruturas de dominação e as relações de apropriação que caracterizam o quadro do globalismo" (MORAIS, 1998, p. 14). Que ao contrário de equacionar desigualdades na apropriação de bens simbólicos, tencionam os desníveis entre hierarquias planetárias e subsistemas socioculturais.

Outro bom exemplo nessa direção é a concentração multinacionalizada do setor editorial, que como indica o autor se reflete na chamada *flexibilização dos investimentos empresariais*, onde a procura pelo lucro implica maior acumulação do capital a baixo custo, determinado por:

- a) amplos mercados consumidores;
- b) concorrência intensa entre um número cada vez menor de grupos, constituídos por fusões e incorporação de empresas consolidadas no mercado;
- c) reformulação estratégica das corporações transnacionais, que passam a centralizar as funções de decisão e os planos de inovação, ao mesmo tempo em que coordenam a dispersão das operações e industriais. Os princípios básicos que impulsionam esse processo tem sido facilitados pelas desregulamentações, pela supressão de barreiras fiscais, pela acumulação de capitais nos países industrializados, pela deslocalização geográfica das bases de produção e por redes tecnológicas de múltiplos usos.

A intenção em introduzir e contextualizar os vieses históricos apresentados como integrantes da realidade social, nos revelam os liames e conexões entre os dados formulados que são apresentados sob a forma de reflexões acerca do objeto analisado.

Segundo Dênis de Morais *O discurso da globalização intenta discutir a convicção de que a fonte primeira de expressão cultural se mede pelo nível de consumo dos indivíduos e coletividades. Como se somente a "a força moral" do mercado pudesse discernir e aglutinar o que se convencionou chamar de organização societária.* (MORAIS, 1998, p.20). É importante sublinhar que a capitulação *imperceptível e alarmante universal* frente ao discurso para o mercado implica, como contrapartida não declarada, a deslegitimação ideológica de qualquer formulação alternativa ou contestadora.

A noção de globalidade remete ao conjunto, integridade, totalidade. Sugere portanto, integração. A partir dessa concepção teórica e analisando os conceitos de *países menos desenvolvidos, integração seletiva* e de *desconexão forçada*, é possível detectar a forte integração dos oligopólios pois *os países em desenvolvimento já não são mais, como na época clássica do imperialismo, países subordinados, reservatórios de matérias primas ou de mão de obra barata e vítimas dos efeitos combinados da dominação política e da troca desigual. Eles já não oferecem praticamente nenhum interesse, nem do ponto de vista econômico e nem do ponto de vista estratégico (fim da Guerra Fria) para os países ou para as firmas localizadas no seio do oligopólio. São meros pesos mortos. Não são mais países que um dia alcançarão o desenvolvimento, e sim zonas de pobreza cujos excluídos que emigram delas ameaçam os países do primeiro mundo.*

O que caracteriza em geral esses países é o profundo endividamento externo ao qual estão submetidos. Que ao aceitarem integrar-se ao projeto de desenvolvimento apoiado em extremo financiamento externo, contraíram dívidas externas monumentais.

Neste sentido, cabe observar que o fardo da dívida e os planos de ajuste estrutural impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial deram aos países devedores o curso de reorientação de suas metas políticas-econômicas, assim como o pagamento dos juros estratosféricos de suas dívidas.

A crise social se aprofunda, a desigualdade social se acentua drasticamente e dentre os aspectos da exclusão desencadeadas pelo regime contemporâneo de acumulação de capital, o destaque se configura no desemprego estrutural e massivo. As grandes transformações tecnológicas e organizacionais incidiram diretamente sobre o trabalho humano gerando desemprego em massa da classe trabalhadora. A taxa de desemprego na Europa Ocidental subiu, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, de 1,5% para 4,2% e para 9,2% alcançando 11% em 1993 (Hobsbawm, 1997, p. 369). No Brasil, a taxa de desemprego no primeiro trimestre do corrente ano, só na cidade

de São Paulo, foi de 16%, segundo dados da Folha de São Paulo.

Estudos da CEPAL indicam que na América Latina a situação social é muito grave: em 1986, 30% de domicílios urbanos e 53% dos domicílios rurais – são pobres e, 11% dos domicílios urbanos e 30% dos domicílios rurais – são indigentes (CHESNAIS, 1995, p. 88).

À massa de excluídos em nome da racionalização da produção, resta o embate diário na luta para se manter em condições mínimas de sobrevivência. Em nome da liberdade patronal se desregulam as relações de trabalho, fraturando a legislação trabalhista e previdenciária: contratos provisórios, sem direito a férias e garantias sociais. Na esteira da flexibilização vem o mito da qualificação profissional, que não garante ao trabalhador o efetivo acesso ao sistema produtivo.

A crise do capitalismo mundial, desencadeado contemporaneamente pelo processo de mundialização da economia e da internacionalização dos mercados, põe de sobreaviso e barbas de molho até mesmo os capitalistas mais convictos.

No Brasil, os acordos assinados com o FMI previram para o país a partir de 1999, cerca de três anos de recessão profunda. O país que nasceu após a criação do Plano Real precisa ser apresentado em sua totalidade para entendermos melhor os acordos com o FMI.

O Brasil após o Plano Real, em cifras, é um país em que baixou de 1173% no ano de 1994 para 0,5% em 1998, e o produto interno bruto (PIB) subiu de 5,122 bilhões de dólares em 1994 para 5,376 em 1998, apresentando um crescimento total de menos de 5%, próximo ao crescimento da população. Com a desvalorização da moeda e a recessão, no final da década de 1990 o PIB brasileiro em termos absolutos diminuiu.

A economia brasileira, que apresentava um superávit de 10,5 bilhões de dólares em sua balança comercial em 1994, passou a mostrar um déficit de 5,39 bilhões em 1998. Depois de ter conseguido, nos quatro anos anteriores ao Plano Real, acumular 50 bilhões de dólares de saldo comercial, passou a contar, no fim dos quatro anos posteriores, com déficit de 23 bilhões, ou seja, teve um decréscimo de 83 bilhões de dólares. O déficit comercial, os empréstimos externos e o pagamento dos juros destes fizeram com que o endividamento do Estado brasileiro aumentasse seis vezes desde a implantação do Plano Real. Um endividamento contraído não para realizar investimentos, mas para financiar o consumo, em geral relativo a produtos importados.

Os gastos com o pagamento de juros da dívida externa representam para o país uma devastação de recursos inimaginável. Em 1997 quando a situação ainda não era tão deteriorada quando dois anos mais tarde, foram despendidos cerca de 50 bilhões de dólares com esses gastos. Para efeito de comparação, convém saber que, no mesmo ano, as despesas do governo federal com funcionários foram de 44 bilhões de dólares e o Ministério da Saúde despendeu recursos num total de apenas 18 bilhões de dólares.

Essa situação significou para o Brasil uma retração significativa na sua participação no comércio mundial, que caiu de 1% para 0,7%, enquanto os fluxos comerciais no mundo mostraram, ao longo da década de 1990, crescimento de 60%.

As condições de mercado de trabalho também foram muito modificadas. Entre as décadas de 1940 e 1980 havia mais trabalhadores empregados do que autônomos e a tendência era a de se aumentarem os empregos com carteira de trabalho assinadas, isto é, com direitos assegurados legalmente. Em cada dez novos empregos, oito eram para assalariados, sete dos quais com carteira assinada. Na década de 1980, dois terço dos trabalhadores eram assalariados. Na década de 1990, apenas metade, e de cada dez postos de trabalhos criado, oito eram para não assalariados e dois, para assalariados sem carteira assinada.

O resultado é a existência de 22,6 milhões de trabalhadores com carteira assinada em um total de 75 milhões de pessoas economicamente ativas. Cinquenta e sete por cento dos trabalhadores não contribui para a Previdência Social. O número de trabalhadores com carteira assinada baixou de 25,5 milhões em 1989 para 22,9 milhões em 1998, uma tendência que deve persistir, eliminando-se 1 milhão de empregos formais por ano. O emprego formal que representava 50,6% da força de trabalho ocupada em 1980, passou para 30,3% em 1998, o que significa a marginalização de uma massa crescente de trabalhadores, que já passou a ser a maioria, ocupada em trabalhos precários, inconstante e sem garantias legais.

O desemprego, segundo os critérios da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), subiu de 5,05% em 1994 para 7,65% quatro anos depois, com previsão de ultrapassar 10% em 1999. Já o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Sócio-Econômico (DIEESE) constatou um desemprego de 20% dos trabalhadores – um em cada cinco – na Grande São Paulo.

Já o produto Interno Bruto, depois de ter crescido 5,8% no primeiro ano do Plano Real, incentivado pelo aumento do poder de compra da população, teve crescimento próximo de zero em 1998, apresentando índices medíocres na década, com projeções negativas para os três anos seguintes.

O déficit fiscal subiu para 8% do PIB, quanto as taxas de juros se mantêm em patamares próximos de 40%, a mais alta taxa de juros reais do mundo. A dívida externa do país subiu em quatro anos de 98 bilhões de dólares para 220 bilhões e tende a aumentar, devido ao empréstimo obtido do FMI em 1999. A dívida interna, por sua vez, elevou-se de 62 bilhões de dólares em 1994 para 300 bilhões de dólares quatro anos depois, representando quase a metade da riqueza produzida no país. Somente em 1997, como dissemos, o governo transferiu cerca de 50 bilhões de dólares para os credores internacionais, além dos dividendos dos investimentos, que nesse ano somaram 7 bilhões e em 1998, 10 bilhões.

Quanto à concentração de renda, a faixa da população constituída pelos 10% mais ricos detêm 48% da riqueza, enquanto a dos 10% mais pobres, apenas 0,8%. Quarenta e quatro por cento da população ganha menos do que 2 reais por dia, o que significa que 33 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza absoluta. Quarenta e três e meio por cento da população recebe menos que 60 reais por mês e 23,6%, menos que 30 reais.

O analfabetismo atinge 19,6% dos brasileiros acima de 7 anos de idade. Vinte milhões com mais de 14 anos são analfabetos e 50 milhões de adultos não passaram da 1ª série do ensino fundamental, e são considerados analfabetos funcionais, isto é, sem condições de ler um texto, compreendê-lo e reproduzi-lo. Assim, 8% dos brasileiros são analfabetos, 58% não concluíram o ensino fundamental e apenas 14,5 milhões completaram o ensino médio, tendo, assim, uma capacidade básica de conhecimento. Os dados totais permitem afirmar que a maioria da população brasileira é funcionalmente analfabeta, isto é, não está capacitada para se valer da leitura e da escrita.

A média de escolaridade no Brasil, além de ser baixa – 4,5 anos por pessoa –, é muito mal distribuída: na classe média alta e na burguesia é de mais de 10 anos e entre os trabalhadores industriais, de menos de 2 anos. No Chile, a média de escolaridade é de 7,5 anos, na Argentina, de 8,7 e na Coreia do Sul, de 9,3 anos.

Em relação ao saneamento básico, apenas 41% da população dispõe de rede de esgotos.

De cada mil crianças que nascem, 52 morrem antes de completar 1 ano de vida. Quarenta e um milhões de crianças trabalham sem nenhuma forma de direito ou de proteção reconhecida.

O Brasil é o segundo país do mundo em concentração de propriedade da terra: 50 mil latifundiários são donos de 165 milhões de hectares, enquanto a 3 milhões de pequenos produtores cabem 10 milhões de hectares. Vinte milhões de pessoas vivem no campo sem dispor de eletricidade, o que significa que uma em cada três pessoas ainda usam lâmparinas e lampiões a querosene, numa situação semelhante à de seus avós no século passado.

Esse quadro social apresentado pelo Brasil, além de nos manter na posição de país com a pior distribuição de renda no mundo – não o mais rico e o mais pobre, mas aquele em que o contraste entre os mais ricos e os mais pobres é acentuado – aponta para a tendência de agravamento da situação de desigualdade e injustiça social nos primeiros anos do século XXI.

O conjunto desses fatores permitem dizer que o liberalismo, tanto do ponto de vista político como econômico, fracassou profundamente no Brasil. Politicamente, porque a transição da ditadura para o regime democrático que se instalou ao longo da década de 1980, apesar de obedecer aos parâmetros clássicos do liberalismo político, com o estabelecimento das estruturas liberais de exercício de poder e do Estado de direito – caracterizado por liberdade de expressão e de organização, separação e autonomia dos poderes públicos, processo eleitoral regular, organização da cidadania através de partidos políticos, etc. –, não tornou o Brasil um país democrático. As mesmas forças que monopolizavam o poder econômico e político durante a ditadura militar continuam atuantes, nos bancos, nas grandes corporações industriais, nos grandes meios de comunicação, no Parlamento, nas Forças Armadas.

Ao mesmo tempo, a situação social do país se deteriorou, aumentando a exclusão social e a falta de segurança pública. A democracia instaurada careceu de uma “alma social”, tendo se limitado à recomposição das formalidades clássicas de um sistema liberal de governo. A sociedade brasileira tornou-se mais injusta com a democracia liberal do que sem ela, pois está excluindo mais pessoas dos seus direitos básicos do que antes.

As instituições fundamentais da democracia política – o Parlamento, a Justiça e os políticos – se debilitaram ao longo da década de 1990. E também os movimentos sociais, os debates e a mobilização popular, a organização da sociedade civil e os meios de comunicação independentes. O poder do dinheiro e a própria ação do governo, empreendida para desmoralizar tanto a representação parlamentar – editando leis e governando através de medidas provisórias – como as expressões organizadas da cidadania, ao longo da década de 1980 com vista à construção da democracia efetiva no país, parecem ter sido vitoriosos nesse final do século XX.

Para compreendermos o grave quadro econômico e social do Brasil nesse final de século temos que entender que as repercussões das políticas neoliberais no Brasil se adequaram perfeitamente à nossa sociedade, como é o caso da canalização do pressuposto público para interesses privados. É importante destacar que o Brasil é uma sociedade marcada pelo coronelismo, pelo populismo, por formas políticas de apropriação da esfera pública em

função dos interesses particularistas de grupos poderosos. No Brasil existe uma tradição autoritária e excludente, condensada num "autoritarismo social", que fez com que a sociedade brasileira se desenvolvesse hierarquizada. Ao contrário dos países europeus, no Brasil a cidadania não se constituiu historicamente. Se observarmos com atenção veremos que nessa sociedade as relações de favor, de dependência, atravessaram a formação política brasileira. As classes dominantes do país se acostumaram a fazer do Estado brasileiro seu instrumento econômico privado por excelência. Desse modo, o discurso neoliberal, ponto de sustentação do processo de Globalização, tem assombrosa recepção ao atribuir o título de modernidade ao que existe de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública, anulando a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado. A desigualdade que se encontra no processo de desenvolvimento do país tem sido uma das particularidades históricas: o moderno se constitui por meio do 'arcaico', recriando nossa herança histórica brasileira ao atualizar aspectos persistentes, e, ao mesmo tempo, transformando-a no contexto da globalização. Os estudos que temos realizado, confirmam a existência – no Brasil – de uma cultura política na qual o velho e o novo se alternam para fazer valer os interesses dominantes no país. Por isso não causa espanto que a questão social atualmente esteja radicalizando, nos tempos neoliberais, traços significativos de seu passado conservador que afastou o povo brasileiro da possibilidade de ser cidadão, do atraso das elites brasileiras no caminho que seguiram para o exercício do poder.

#### BIBLIOGRAFIA

- BORÒN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. IN: GENTILI, Pablo e SADER, Emir (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- CARDOSO, Míriam Limoeiro. *Ideologia da Globalização e (Des)Caminhos da Ciência Social*. In: GENTILI, Pablo. (Org.) *Globalização Excludente*. Petrópolis: Vozes, 1999
- CHESSNAIS, François. *A Globalização e o Curso do Capitalismo de Fim-de-Século* Campinas: Economia e Sociedade, 1995.
- FREIRE, Silene de Moraes. *Cultura Política e Ditadura no Brasil – O pensamento político de militares e tecnocratas no pós-64*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo, FFLCH da USP, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Cia Das Letras, 1997.
- MORAIS, Dênis. *Palavras Parabólicas: o mercado editorial na era da mundialização*. Artigo Baseado no livro *Planeta Mídia*. Letra Livre Editora, 1998.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento e Crise*. Ed. Paz e Terra, 1976.
- SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego*. São Paulo: Contexto, 1998.
- SADER, Emir. *A Transição no Brasil. Da Ditadura à Democracia?*, São Paulo, Ed. Atual, 1991.
- SADER, Emir. *Que Brasil é Este? Dilemas nacionais no século XXI*. São Paulo Ed. Atual, 1999.
- SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil*. In Seminário "El ajuste estructural en América Latina. Costos Sociales y Alternativas", CLASO, Porto Alegre, 1999, p.01 a 14.
- SOROS, George. *A Crise do Capitalismo: as ameaças aos valores democráticos, as Soluções para o capitalismo global*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

